

A Defesa no Atlântico Sul: a origem da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul a partir do Complexo Regional de Segurança

Carolina Mendes Marins¹
Erick Andrade Santos Couto²
Isabelle Carvalho Costa Pinto³
Isabelle de Matos Corrêa⁴
Lorena Toffano Ferreira⁵
Lucas Andrade Costa⁶

Orientação: Prof^a. Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves (Unilasalle-RJ/IESP-UERJ)

Resumo:

O Oceano Atlântico Sul localiza-se geograficamente entre a África e a América do Sul. Logo, o presente artigo tem por objetivo analisar os motivos históricos que levaram a formação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) a partir de uma análise sobre o Complexo Regional de Segurança (CRS). Para atender aos objetivos foram utilizadas publicações acadêmicas, livros, artigos e informações acerca de acordos entre os países-membros da ZOPACAS. Como resultado, conclui-se que, embora possua potencial para se tornar um CRS, a ZOPACAS é um subcomplexo dos CRSs sul americano e africanos.

Palavras-chave: Atlântico Sul; ZOPACAS; Brasil; África; Complexo Regional de Segurança.

1. INTRODUÇÃO

O Oceano Atlântico Sul tem por característica banhar duas grandes esferas da região austral do sistema internacional: a África e a América do Sul. Durante alguns anos do século XX, sobretudo até meados da Guerra Fria, este oceano não era uma das preferências da agenda internacional, haja vista que era encarado como “um espaço geoestrategicamente vazio de poder” (CASTRO, 2002, p.7). O Atlântico Sul ainda é visto internacionalmente como uma imensa região periférica tanto no que tange ao ponto de vista dos fluxos de bens, mercadorias e investimento diretos, quanto aos assuntos de alta política, como segurança e defesa (LESSER, 2010, p.7).

No entanto, a partir da década de 1970, temendo o avanço marítimo soviético sobre o Atlântico Sul houve a primeira sugestão de iniciativa de defesa da região. Buscou-se a criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) - com os moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) - porém o Brasil não encarava a União Soviética como uma ameaça a ponto de criar tal organização (AGUILAR, 2009, p.110).

Apenas no final dos anos 1980 que o Atlântico Sul ganhou maior relevância estratégica na agenda da política externa e de segurança de países sul-americanos e africanos, como demonstrou a iniciativa do Brasil e da Nigéria, no âmbito da Organização das Nações

¹ Carolina Mendes Marins é graduanda de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

² Erick Andrade Santos Couto é graduando Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

³ Isabelle Carvalho Costa Pinto é graduanda de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

⁴ Isabelle de Matos Corrêa é graduanda de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

⁵ Lorena Toffano Ferreira é graduanda de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

⁶ Lucas Andrade Costa é graduando de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

Unidas (ONU), em 1986, com a resolução que estipulava a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que abrangia vinte e um países da costa oeste da África e os três países da costa leste da América do Sul (Brasil, Argentina e Uruguai) (AGUILAR, 2013, p. 52). A resolução foi aprovada com 124 votos a favor, 8 abstenções e apenas um voto contrário: o dos Estados Unidos, que alegou uma “série de defeitos graves” na proposta (CASTRO, 2002, p.29-30).

No contexto de sua criação, os principais objetivos da ZOPACAS situavam-se na limitação da influência e da presença de potências externas à região, na recusa de armas de destruição em massa e, no sentido mais ideológico, na posição de distanciamento perante o conflito Leste e Oeste da Guerra Fria (GUIMARÃES, 2015, p. 13). Assim, o espaço sul-atlântico ganhou destaque e adquiriu um grande valor estratégico, sobretudo devido a descobertas de recursos naturais em seu interior (GUIMARÃES, 2015, p.1). Ademais, deve-se ressaltar que a região passou a ser entendida como uma nova possibilidade de fluxos comerciais frente às rotas tradicionais, também conhecidas como Linhas de Comunicação Marítima (LCMs), como, por exemplo, o Canal de Suez (1869) e o Canal do Panamá (1914), que não permitem a passagem de supertanques (RUCKS, 2014, p. 148). Importante ressaltar ainda, que o Atlântico Sul possui em suas duas bordas continentais jazidas de petróleo e gás, consideradas por grandes especialistas como as mais promissoras do mundo (COSTA, 2012 p.16).

Nesse sentido, cabe analisar o papel geoestratégico do Brasil no que tange ao Atlântico Sul. O país possui uma extensão de quase 7.500km de costa sul-atlântica, 80% da população brasileira vive próxima ao litoral, 95% do comércio exterior é realizado por este oceano (GUIMARÃES, 2015, p.1 apud WIESEBRON, 2013), e recursos naturais como os hidrocarbonetos do pré-sal fazem parte da costa brasileira. Sendo assim, é importante compreender as táticas de estratégia brasileira para defesa deste importante oceano.

A ênfase dada à Cooperação Sul-Sul (CSS) por parte do governo brasileiro a partir da década de 1970 e sobretudo na década de 1990 pode ser um instrumento para compreensão de um dos métodos para articulações em prol de objetivos não apenas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, mas também no âmbito da defesa nacional, haja vista que segurança e desenvolvimento são termos extremamente relacionados.

Fóruns como o IBAS (composto por Índia, Brasil e África do Sul), a Cúpula América do Sul - África e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) demonstram “os esforços de cooperação entre blocos de países que desejam adensar o relacionamento político e promover ações de desenvolvimento econômico e social” (AGUILAR, 2013, p.54 apud NOGUEIRA, 2010, p.6).

Ademais, vale ressaltar que, além de serem países em desenvolvimento, o Brasil e os países do continente africano possuem questões identitárias com raízes históricas que os conectam de forma subjetiva. Signorelli (2016, p. 73 apud AMADO, 1993, p. 97-98) pontua alguns fatores históricos comuns que ligam os países como o “tráfico dos escravos, a saga dos orixás, os ritos afros e os ritos brasileiros dos candomblés, semelhanças e diferenças, a ciência das folhas e da adivinhação, o mistério e a mistura”.

Deste modo, deve-se levar em consideração o impacto que ambas as culturas possuem uma sobre a outra e como esses laços semelhantes se desenvolvem na tomada de decisão dos países dessas regiões perante a comunidade internacional.

A partir do cenário apresentado, percebe-se que o Oceano Atlântico Sul ganhou relevância com o passar dos anos, sobretudo na década de 1980, com a criação da ZOPACAS que continuou a amadurecer no século XXI. A Cooperação Sul-Sul foi um fenômeno que aproximou os países do Atlântico Sul, proporcionando uma maior interação entre os mesmos.

Este trabalho se justifica devido a necessidade de melhor explorar o campo de estudo sobre a defesa do Brasil no que concerne o Atlântico Sul. Além disso, as relações Brasil-

África são de extrema importância para compreensão da atuação desses atores na esfera internacional, bem como a relevância do conhecimento em torno de políticas cooperativas em prol da preservação da paz na região e do desenvolvimento. Além de ser um assunto pouco explorado na academia e de extrema relevância para a formulação das políticas externa e de defesa brasileira.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar a ZOPACAS, mais especificamente sua criação a partir do complexo de segurança brasileiro, pontuando também o complexo regional de segurança africano e seus subcomplexos.

Com o intuito de melhor aprofundar o estudo acerca deste tema, deve-se levar em consideração a seguinte questão: De que forma os fatores históricos foram decisivos para a criação da ZOPACAS?

No intuito de auxiliar a compreensão do artigo, deve-se destacar o método de pesquisa a ser utilizado. Utiliza-se o método dedutivo, através do qual se realiza uma análise ampla da agenda de defesa nacional no âmbito do Atlântico Sul até apresentar-se o aprofundamento desta agenda no que tange à formalização da ZOPACAS. Também são utilizadas publicações acadêmicas, livros, artigos e informações acerca de acordos entre os países-membros da ZOPACAS.

Este artigo é dividido em quatro seções, além desta breve introdução. A primeira seção diz respeito à perspectiva teórica e às questões identitárias que têm por objetivo guiar esta pesquisa. A segunda seção apresenta o histórico da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, abordando seus feitos desde que sua resolução foi aceita em 1986 na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU). A terceira seção refere-se à aplicação da teoria ao caso apresentado. Finalmente, a última seção é referente à conclusão do trabalho e à análise dos resultados obtidos através da pesquisa.

2. A IMPORTÂNCIA DA IDENTIDADE NA FORMAÇÃO DO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA

Para se formar um complexo regional de segurança (CRS) é preciso haver questões identitárias, nas quais os países se identifiquem como semelhantes e assim sejam capazes de atuar como um complexo. A identidade coletiva pode ser entendida, de acordo com Alexander Wendt (1999), como a percepção de pertencimento em determinado aspecto ou grupo social, como por exemplo, a identificação de um país em relação ao outro. Refere-se a uma identidade compartilhada que cria interesses coletivos e acaba redefinindo a distinção entre o 'eu' e os 'outros'. (WENDT, 1999, p.229). Assim, a concepção de uma identidade coletiva na América do Sul seria importante para o fortalecimento das normas de segurança coletiva, uma vez que para Ulusoy (2003), as questões de identidades coletivas tornam as respostas às preocupações comuns mais eficazes.

No que diz respeito ao processo constitutivo de uma comunidade de segurança no Atlântico Sul, segundo Wellington Amorim e Vitor Chiozzo (2017), a criação de uma identidade regional sul-atlântica depende da aproximação das agendas de segurança marítima da região. "Essa identidade sul-atlântica seria centrada na cooperação, consolidada na ZOPACAS, e teria por propósito o estabelecimento da confiança mútua entre os países lindeiros do Atlântico Sul" (AMORIM; CHIOZZO, 2017, p.100).

Para Adriana Abdenur e Danilo Souza Neto (2014):

Essa identidade está centrada em preocupações com novas ameaças no Atlântico Sul. Portanto, tal estratégia se baseia não apenas na promoção de interesses comuns aos países desse perímetro, mas também na tentativa de minimizar o envolvimento de atores externos, destacando a responsabilidade dos países da região (ABDENUR; NETO, 2014, p.6).

O Brasil também amplia seus interesses econômicos, políticos e estratégicos ao promover uma identidade regional (ABDENUR; NETO, 2014), e seu desejo é de contribuir de forma responsável juntamente com os integrantes da ZOPACAS para o maior aproveitamento do desenvolvimento socioeconômico da região Atlântico Sul (BRASIL, 2012). Para isso, o país exerce um papel cada vez mais ativo nas questões de segurança no Atlântico Sul, especialmente na África (ABDENUR; NETO, 2014). O desenvolvimento de uma política voltada para a África, destaca a relevância das relações históricas para a construção de identidades coletivas. Haja vista que o Brasil é o segundo país com uma das maiores populações afrodescendentes do mundo (NASCIMENTO, 2010). Deve-se destacar que dos nove Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seis estão presentes na ZOPACAS são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe. Esse fato contribui para a consolidação da liderança brasileira na constituição de uma identidade no Atlântico Sul, na criação da ZOPACAS e no fortalecimento da comunidade (BRASIL, 2012, p.6).

Na América do Sul, o Brasil reforça seus acordos de cooperação militar com a Argentina e o Uruguai. Muitos desses vínculos já existiam, mas as ações atuais expressam maior intensidade e uma articulação crescente entre política externa e política de defesa. Diante de um cenário no qual o Atlântico Sul se coloca cada vez mais importante geopoliticamente, o Brasil busca utilizar da cooperação e da identidade regional para alterar as relações de poder nesse espaço e o protagonismo nessa região tende a impulsionar quem lidera o processo (ABDENUR; NETO, 2014).

Segundo Silva (2014), a aproximação brasileira com a Argentina é vista como uma estratégia de política externa com o intuito de manter não só a América do Sul mas o Atlântico Sul em uma perspectiva regional, gerando integração entre os países da região para reduzir a atuação de outras potências fora da região. Assim, "a construção de uma identidade sul-atlântica se insere na mesma dinâmica de construção de uma identidade sulamericana" (SILVA, 2014, p. 209). Por possuir a mesma dinâmica em suas constituições identitárias, o êxito em relação à ZOPACAS está relacionado, em seu âmago, com a formação de uma comunidade de segurança no Atlântico Sul, da mesma forma que o Mercosul se apresenta como essencial para a formação de uma comunidade de segurança no Cone Sul (BUZAN; WAEVER, 2003).

Cabe destacar o discurso de Celso Amorim (2013): "ao aprofundarmos nossas relações, evitaremos que o Atlântico Sul seja visto como um vazio de poder e, portanto, atraia as forças externas às nossas regiões" (AMORIM, 2013, p.1). Assim, percebe-se que a ZOPACAS é uma zona regionalmente criada e possuidora da capacidade de suscitar maior estabilidade, desenvolvimento e integração entre os Estados da região mediante a criação de uma identidade no Atlântico Sul e do estabelecimento de uma cooperação intrarregional no que tange às soluções contra as neotradicionais ameaças⁷ nessa zona marítima (AMORIM; CHIOZZO, 2017). Sendo assim, a ZOPACAS possui um caráter duplo. Além da questão integradora da região, possui uma segunda característica que é buscar diminuir a influência de potências de fora da região (AMORIM; CHIOZZO, 2017).

O papel do Brasil, por ser a maior potência econômica e militar da região, é de fortalecer a construção dessa identidade sul-atlântica e garantir a segurança dos fluxos (ABDENUR; NETO, 2014). De acordo com Wiemer (2013) a base da comunidade sul-atlântica consistiria em uma estrutura na qual fosse possível reunir todos os países da bacia do Atlântico Sul, ou seja, a ZOPACAS (WIEMER, 2013).

Portanto, as questões identitárias são de extrema importância e necessárias para que haja de fato uma cooperação de defesa comum, visto que é possível conceber a possibilidade

⁷ Como pirataria e narcotráfico, por exemplo.

de que um conjunto de Estados renuncie ao uso da violência entre si. Assim, a formação de laços estreitos, seja na área econômica, social ou política, viria de um sentimento de comunidade, tornando a guerra, nesse caso, inconcebível (DEUTSCH, 1969). Além de fortalecer a ideia de que quanto mais integrados os povos de uma região, menos provável se torna uma guerra entre seus Estados. (DEUTSCH, 1969).

2.1 TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

Em relação à perspectiva teórica, é utilizada a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) abordada por Barry Buzan e Ole Wæver (2003), reunindo aspectos liberais, realistas e construtivistas⁸ (BUZAN; WÆVER, 2003, p.40), além de elementos que aproximam a TCRS ao realismo ofensivo (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.79). Essa abordagem teórica formou-se na chamada Escola de Copenhague, por Buzan e Wæver (1991) e foi aprofundada pelos autores no livro '*Regions and Powers: the structure of International Security*' de 2003.

No geral, os dois autores argumentam a favor de um nível de análise regional para os problemas de segurança presentes no sistema internacional contemporâneo. As abordagens academicamente usadas para definir região são diversas, pois elas variam de acordo com a questão enfrentada na mesma ou os objetivos que se está analisando a região. Todavia todas as regiões são socialmente delimitadas, sendo assim são politicamente passíveis de mudanças e contestações (HURRELL, 1995, p.25). As regiões, por definição, são compostas por clusters geograficamente delimitados de unidades inseridas em um sistema maior de Estados (BORBA, 2009). O recorte regional é um ponto importante, pois se torna “crucial para o entendimento das ameaças, sendo os Complexos Regionais de Segurança uma chave interpretativa fundamental” (NOBRE, 2013, p.53).

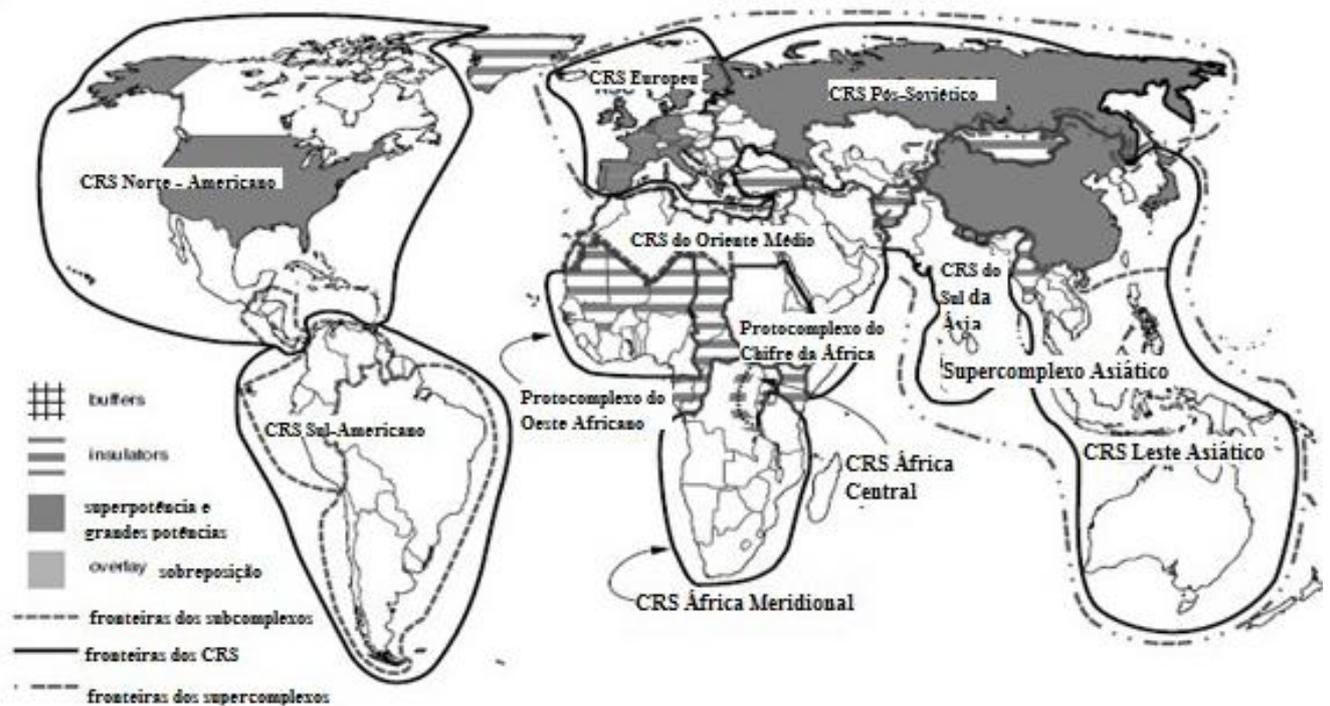
A região se torna o nível onde os Estados ou outras unidades se encontram perto e suficientemente interligados, de forma que suas seguranças não podem ser consideradas independentes umas das outras. (BUZAN; WÆVER, 2003). Em “muitos casos, as preocupações militares de um grupo de Estados são tão interdependentes que a segurança de um país só pode ser compreendida se for levada em consideração a de seus vizinhos” (MEDEIROS FILHO, 2014, p.24). Por exemplo, a luta contra às drogas traz um combate demasiadamente militar na região, que juntamente com a instabilidade causada por crises nos países limítrofes torna-se um problema multidimensional (FUCCILLE; REZENDE, 2013). Tal fenômeno demonstra como que fatores externos podem afetar a região como um todo.

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança apresenta um quadro completo, conforme apresentado pela figura abaixo, e aborda tanto uma teoria geral de segurança regional quanto uma ligação explícita com as principais teorias de Relações Internacionais, bem como uma aplicação dessas teorias em diferentes regiões do mundo (BUZAN; WÆVER,

⁸ A teoria liberal surgiu do desejo de desenvolver instituições e práticas para erradicar ou controlar a guerra no Sistema Internacional. Começou com o objetivo de transformar o estudo da política internacional em uma disciplina acadêmica, para combater a ignorância e falta de entendimento, que são os fatores que levam à guerra. Os principais expoentes foram Immanuel Kant e Woodrow Wilson (DUNNE; KURKI; SMITH, 2013). Já a teoria realista surgiu como contestação à teoria liberal. Segundo tal corrente teórica, a base das relações internacionais está na natureza humana, sendo o indivíduo um ser egoísta que busca seus próprios interesses e poder, por isso, o conflito ocorre com facilidade. Tem como principais expoentes Edward Carr e Hans Morgenthau (DUNNE; KURKI; SMITH, 2013). Por fim, a teoria construtivista tem como base a noção de que a realidade é socialmente construída. Todas as ideias e crenças que compõem os valores dos Estados tendem a perpetuar para além de uma relação custo e benefício. Crenças e ideias compartilhadas acarretam em ações e estruturas, sendo estas não definidas apenas por forças materiais. Além disso, tal compartilhamento culmina na construção da identidade e interesses dos atores. O conceito de construtivismo nas Relações Internacionais não é homogêneo, tendo em vista que possui uma variedade de enfoques (TOLOSSA, 2004).

2003). A TCRS demonstra uma aproximação entre o realismo ofensivo e o construtivismo, haja vista a incorporação distributiva de poder entre as unidades, e os padrões de amizade e inimizade socialmente construídos, respectivamente, as tratando como variáveis essencialmente independentes (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.80).

Figura 1: Esquema dos CRS existentes no sistema internacional



Fonte: Elaborado por Amorim e Chiozzo (2017, p.113).

Os autores, Buzan e Waever, apresentam dois tipos de distribuição do poder no CRS, sendo eles padrão ou centrado (FUCCILLE; REZENDE, 2013). Na distribuição de poder centrada, existem três tipos: unipolar, tendo no polo uma superpotência; unipolar sendo o polo uma grande potência e o centrado, mas integrado por instituições, sem que haja necessariamente um poder regional. Contudo, há uma possibilidade do quarto modelo, sendo ele centrado unipolar partindo de uma estrita potência regional, porém tal modelo ainda é inexistente (BUZAN; WAEVER, 2003).

Segundo afirmam os autores Buzan e Waever (2003):

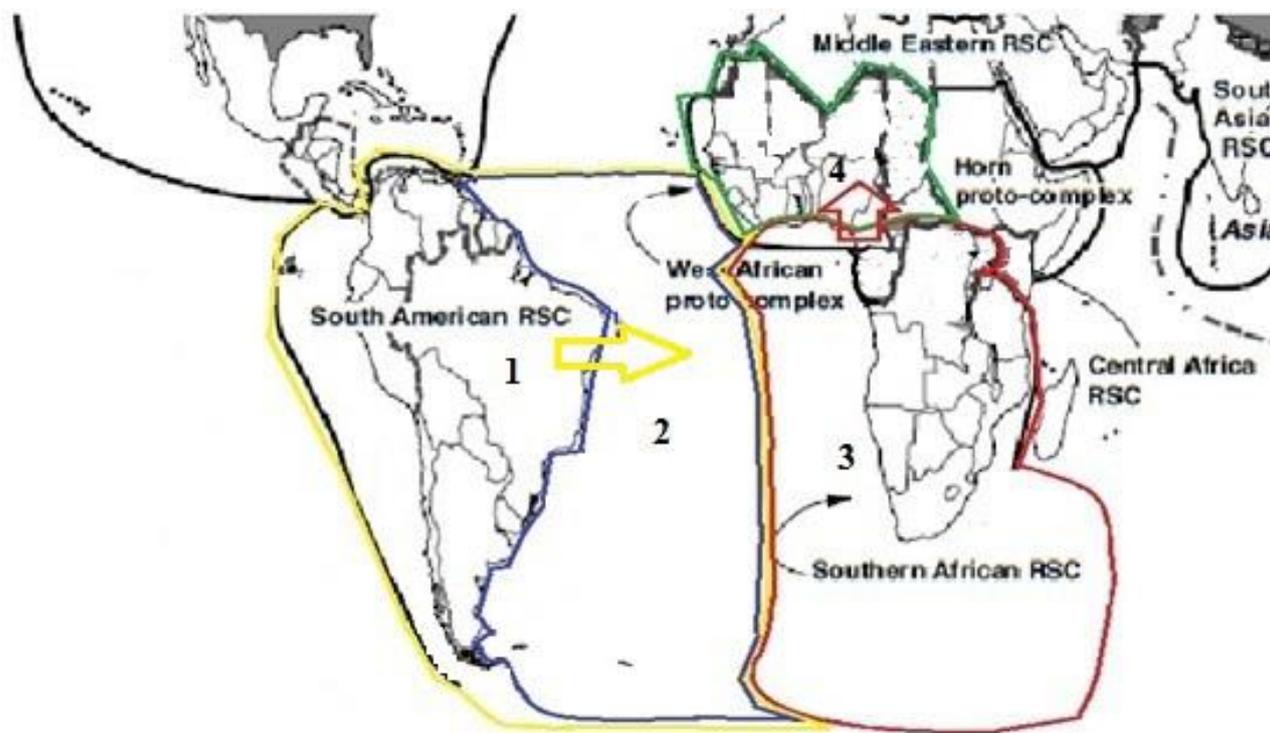
O que conecta esses três tipos de CRS centrados é a ideia de que as dinâmicas de segurança de uma região são dominadas por um centro localizado dentro dela. Isso é parcialmente uma questão de quão dominante o centro é (ex: o grau de assimetria do poder), mas, igualmente, a forma de hegemonia estabelecida. Um CRS centrado tenderá a ser mais estável se o centro estabelece um tipo de hegemonia aberto ou penetrado, onde os Estados dominados têm acesso ao processo político do "centro imperial" (BUZAN; WAEVER, 2003, p.58).

Na distribuição padrão, a formação definidora é de uma agenda político-militar de segurança, que visa a contenção da presença de potências regionais. Tal CRS pode ser unipolar ou multipolar, todavia deve-se salientar que mesmo sendo um padrão unipolar as

decisões não serão tomadas unilateralmente. Ou seja, fatores relacionados à segurança não são tomados somente com base na voz da potência central (BUZAN; WAEVER, 2003). Ainda, os teóricos do TCRS afirmam que existe a possibilidade dos CRS, apresentarem os chamados subcomplexos regionais de segurança (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 79). Quando há um grande número de Estados compondo um CRS, os subcomplexos regionais de segurança não são incomuns, da mesma forma quando as nações que o compõem partilham de ameaças comuns (AMORIM; CHIOZZO, 2017 p.117). “Os subcomplexos representam um distinto padrão de interdependência de segurança o qual está capturado num padrão mais amplo que define o CRS como um todo” (BUZAN; WAEVER, 2003, p.51). Sendo assim, o que conceitualiza um subcomplexo regional de segurança e o diferencia de um complexo regional de segurança é unicamente o tamanho; os subcomplexos estão inseridos dentro de CRS maiores (FUCCILLE; REZENDE, 2013).

O CRS está exposto a sofrer ou mudar por uma influência externa, significando assim a mudança de seus limites fronteiriços. A faixa territorial pode aumentar ou diminuir mudando desta forma a formação do CRS. Tal fenômeno acarretaria na sua transformação estrutural com base na fusão ou cisão de dois CRS distintos (BUZAN; WAEVER, 2003), como pode-se observar na Figura 2.

Figura 2: Esquema de possíveis mudanças relacionadas aos CRS



Legenda

- 1 - CRS Sul-Americano expandido**
- 2 - Subcomplexo de Segurança do Atlântico Sul**
- 3 - CRS da África meridional expandido**
- 4 - Protocomplexo do Oeste Africano expandido**

Fonte: Elaborado por Amorim e Chiozzo (2017, p.118).

3. BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DA ZOPACAS

Com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, as relações Brasil-África foram elevadas a um patamar que vale ser ressaltado. Essa iniciativa não tinha como base primordial a esfera econômico-financeira, mas sim o campo da segurança regional (FARIAS, 2017, p.130). Nesse sentido, cabe analisar os antecedentes que refletiram na necessidade da formação da ZOPACAS.

Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), uma série de acontecimentos culminaram na aproximação da região. Embora não se saiba o exato momento da aproximação, pode-se notar que a região passou a falar com a mesma voz, a revelar uma consciência política, coletiva, a posicionar-se coerentemente.

A crise da dívida externa, a esterilização do diálogo Norte – Sul, a contra-ofensiva inglesa sobre as Malvinas com o apoio dos Estados Unidos, as retaliações econômicas impostas pelo Norte contra a Argentina, entre outros elementos, contribuíram para unir o continente latino-americano. (CERVO; BUENO, 2002, p.450)

O Atlântico Sul, no contexto da Guerra Fria, não ocupava um papel de destaque no cenário internacional. Porém, servia como rota para escoamento do petróleo pertencente às grandes potências que controlavam as linhas de comunicação do oceano. Com o objetivo de manter o domínio da região, garantindo, desta forma, o livre tráfego do petróleo, as grandes potências propuseram a criação de mecanismos e instrumentos que fossem favoráveis à manutenção de seus interesses (RUCKS, 2014, p.151), tais como: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947 envolvendo os países da América do Sul e os Estados Unidos, Acordo de Simonstown firmado entre África do Sul e a Grã-Bretanha entre 1955 e 1975, e a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), em 1980, protagonizada pela Argentina e África do Sul, além de ter sido apoiada pelos Estados Unidos.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), foi firmado em 1947, na cidade do Rio de Janeiro, baseado no princípio de defesa mútua, ou seja, o ataque contra um dos membros seria considerado um ataque contra todos. Foi um momento no qual a presença norte americana se afirmou no continente, como uma nova doutrina Monroe que contava com o apoio do Brasil e o seu alinhamento no âmbito da política externa. (NETO, 2015, p.478). Apesar de teoricamente ser um tratado de assistência recíproca, na prática funcionou mais como um acordo bilateral entre os EUA e cada país sul-americano. Diferentemente da OTAN, o TIAR não envolvia comandos militares combinados e funcionava de maneira precária (PENHA, 2013).

Por sua vez, o TIAR possuía objetivos mais práticos e bem definidos, sendo considerado como um efetivo acordo técnico. O '*South Atlantic Command*', criado após o tratado, era um comando unificado representado por uma autoridade britânica designada pelo '*Royal Navy*' - a marinha real britânica. Neste acordo foi firmado o compromisso da Grã-Bretanha em fornecer equipamentos navais para a marinha da África do Sul, que, em contrapartida, deveria unir esforços para garantir a defesa da África Austral. A implementação do acordo, do ponto de vista militar, foi vantajosa para a Grã-Bretanha e, de forma extensiva, para a OTAN, tendo em vista que tal aliança militar intergovernamental buscava impedir o avanço soviético na África Meridional (PENHA, 2013).

A fim de adquirir maior legitimidade, o governo sul africano passou a apoiar uma aliança que transbordasse a área técnica e englobasse os Estados Unidos e os demais países sul americanos na contenção à “ameaça comunista”, iniciando um período de visitas aos governos militares do continente vizinho para que fossem articuladas as propostas da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Porém, falar de avanço soviético naquele

momento soava alarmista até mesmo para as potências ocidentais. Tal argumento só ganharia força após a independência das colônias portuguesas. (HORING; WEBER; CLOSS, 2014, p.484).

Neste mesmo contexto, a Argentina, que era contrária a qualquer aliança com os EUA, começa a sugerir de maneira inesperada a cooperação no Atlântico Sul, após a queda do governo do então presidente Juan Domingo Perón e tomada do poder pelos militares argentinos, que estavam preocupados com os acordos bilaterais cada vez mais frequentes entre o Brasil e os norte-americanos (RUCKS, 2014, p.152). Por conta disso, o governo argentino, juntamente com a África do Sul, deu início a uma política que visava difundir as ideias da possível criação de um sistema de defesa integrado, que mais tarde iria receber o nome de Organização do Tratado do Atlântico Sul, funcionando aos moldes da OTAN.

O Brasil, apesar de manter uma postura de subordinação da política externa aos anseios globais dos Estados Unidos e de priorizar o seu papel na defesa contra os submarinos soviéticos no Atlântico Sul, sempre encarou com muita cautela qualquer acordo militar que estivesse fora do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (HORING; WEBER; CLOSS, 2014).

O longo conflito entre Inglaterra e Argentina, que vai deixar o âmbito diplomático na década de 1980, pode ser considerado decisivo no que diz respeito à necessidade de criação das ZOPACAS, pois fez com que as relações intra-regionais assumissem um novo caráter (RUCKS, 2014). O arquipélago das Malvinas, constituído por duas ilhas principais e outras setecentas menores, inicialmente pertencia à França, que após reivindicações passou o direito de administração dos territórios à Espanha. Posteriormente, o inglês John Byron chegou nas Malvinas e declarou em nome do rei a soberania inglesa sobre a região. Então, negociações começaram a ser feitas na tentativa de solucionar o impasse, sendo determinado que os ingleses poderiam permanecer em Port Egmont sem afetar o direito da soberania espanhola. Em 1820, a Espanha repassa o domínio sobre o arquipélago à Argentina. Porém, em 1831 os EUA atacam as ilhas e, dois anos depois, o comandante britânico, James Oslow, expulsou os poucos colonos argentinos que ainda estavam presentes na região, dando início a disputa de reivindicação do território em questão (HORING; WEBER; CLOSS, 2014).

Com a decadência do regime militar do general argentino Galtieri, a recuperação das ilhas passou a ser encarada como prioritária para fomentar o apoio popular ao então governo. Porém, a Argentina cometeu o erro de supor que a Inglaterra não responderia militarmente à invasão e de que os EUA iriam dar prioridade ao TIAR. Tais equívocos levaram o país sul americano à derrota, além de ter ficado desiludido com a África do Sul, que cedeu a base de Simonstown à Inglaterra. Diante deste cenário, a Argentina abandonou o apoio a criação da OTAS e aproximou a sua relação com o Brasil, apesar de toda a rivalidade existente (HORING; WEBER; CLOSS, 2014). Em suma, o fenômeno da guerra das Malvinas mostrou que a OEA era impotente para resolver questões conflituosas no continente e que os interesses da OTAN se sobrepujavam sobre o TIAR.

O Brasil apoiou a resolução do Conselho de Segurança da ONU nas características coerentes às condutas tradicionais brasileiras, tais como a cessação das hostilidades, retirada das tropas argentinas e negociação. Todavia, Brasília ressaltou o direito dos argentinos sobre as ilhas e manteve a neutralidade ao perceber que contra o Estado vizinho se voltava todo o Norte. (CERVO; BUENO, 2002)

Segundo Pimentel (2016, p. 122):

A aproximação entre Brasil e Argentina permitiu a modificação das identidades e percepções de ameaças entre esses dois países e que ambos dedicassem maior ênfase a questões geopolíticas em outras frentes estratégicas, sobretudo, o Atlântico Sul.

No contexto que antecede a criação da ZOPACAS, pode-se dizer que a Nigéria desempenhou um papel importante, tendo em vista a sua política externa intensamente voltada para o ativismo. Tal país africano foi capaz de liderar a integração da sua região por meio da criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e foi fundamental para o isolamento da África do Sul no apartheid. Desta forma, a Nigéria se opôs ao projeto da OTAS e sugeriu uma organização de caráter regional para o Atlântico Sul, que posteriormente seria incorporada aos planos brasileiros (HORING; WEBER; CLOSS, 2014). A Nigéria passa a incentivar a criação de uma zona de paz motivada, também, pela percepção da crescente capacidade militar da África do Sul (RUCKS, 2014, 152).

De acordo com Coutau-Bégarie (1985, p.194), na:

[...] perspectiva dos governos do Brasil e da Nigéria, o Atlântico Sul era uma região de interesses cooperativos e por isso não deveria submeter-se à exclusiva influência militar das grandes potências ou de poderes regionais como os da África do Sul e da Argentina. Como meio de reforçar esta posição, o governo brasileiro enviou duas corvetas à Nigéria em 1984, e propôs a realização de manobras navais comuns, a partir deste ano.

Sendo assim, o Brasil lançou com o apoio da Nigéria a proposta que culminou na criação da Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul, a fim de limitar a influência das antigas potências colonialistas, França e Reino Unido, além de querer se afastar da divisão Leste e Oeste predominante no período da Guerra Fria (GUIMARÃES, 2015).

A Zona foi aprovada na ONU pela resolução 41/11, em 27 de outubro de 1986, tendo 124 votos favoráveis, 8 abstenções e 1 voto contrário, sendo este o dos EUA. Tal oposição pode ser atribuída a resistência norte americana em aceitar qualquer limitação ao uso de sua força na região. O objetivo prioritário das ZOPACAS era o de combater a militarização e nuclearização do Atlântico Sul por potências extrarregionais, tendo em vista a predominância inglesa no cordão de ilhas do referido oceano. Além disso, foram adicionadas à agenda a cooperação em outras esferas, como a comercial, cultural e em assuntos ligados ao meio ambiente (CARVALHO; NUNES, 2013).

Desde a sua criação, ocorreram 7 Reuniões Ministeriais, ocorridas no Rio de Janeiro (1988); Abuja (1990); Brasília (1994); Somerset West (1996); Buenos Aires (1998); Luanda (2007) e Montevideu (2013). Esta última ocorreu com o objetivo de buscar a revitalização da zona de paz e cooperação, fortalecendo e institucionalizando a iniciativa por meio de um Grupo de Contato responsável pela supervisão da implementação das medidas adotadas. A reunião ocorrida em Montevideu contou com a presença da maioria dos países membros (BRASIL, sem ano).

Atualmente a ZOPACAS é composta por 24 países que são banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, sem ano). É possível visualizar sua composição na Figura 3 a seguir.

internacional como meio ambiente, direitos humanos, questões de gênero, tráfico de drogas, conflitos étnicos, etc., trouxeram grandes impactos na pauta da segurança regional sul americana. Deve-se pontuar ainda que tais temas, com o processo da globalização, se tornaram cada vez mais de cunho transnacional, ou seja, para além das fronteiras dos Estados, acarretando um impacto geral nos Estados, haja vista que todos estão submetidos a este novo cenário (CABRAL, 2010).

Nesse sentido, o Brasil buscou preservar o Atlântico Sul dos conflitos, estimulando os países do litoral para agir a favor do desenvolvimento (CERVO; BUENO, 2002). Dada a rivalidade histórica pela liderança regional na América do Sul, o comportamento brasileiro, através da busca pelo engajamento perante às articulações sul atlânticas, trouxe uma preocupação por parte dos países vizinhos. A agenda brasileira foi percebida pelos Estados fronteiriços como uma ameaça devido ao seu caráter expansionista, entretanto ao mesmo tempo refletiu uma projeção de líder de fato, inclusive perante países externos à região. Independente desta agenda ser percebida deste modo, o que se pode afirmar é que há um empenho brasileiro para liderar a integração da região. É possível observar evidências desse fenômeno através do esforço na construção de uma identidade na região sul atlântica (AMORIM; CHIOZZO, 2017).

No caso da África, a comunidade de defesa da África subsaariana é uma das mais conflituosas do mundo, segundo Buzan e Wæver (2003). Desde a independência dos países africanos na década de 1960, a África esbarra com as mais variadas questões de segurança, tendo como consequência o fortalecimento das organizações de integração regional como a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Ou seja, aproximações que levam a pensar no estabelecimento de uma estruturação de um subcomplexo regional de segurança (DIALLO, 2012).

Dentro dessa região, pode-se analisar dois subcomplexos regionais de segurança: o da África austral e o da África ocidental (DIALLO, 2012, p. 2). O primeiro deles tem por liderança a África do Sul, enquanto o segundo é liderado pela Nigéria (DIALLO, 2012, p. 10). A Nigéria e a África do Sul cumprem um protagonismo relevante devido a sua importância econômica, sociopolítica e militar (DIALLO, 2012) em seus subcomplexos regionais. Logo, ambos os países em seus subcomplexos, assim como o Brasil para o CRS da América do Sul, são engajados no que diz respeito a busca por soluções para as questões de segurança em suas respectivas regiões.

Dado o exposto, a comunidade de segurança da América do Sul pode ser classificada como um CRS centrado unipolar caracterizado por uma potência regional, ou seja, o Brasil. Enquanto que no caso do CRS nigeriano e do CRS sul africano, separadamente, há a predominância do padrão unipolar para suas respectivas sub-regiões. Assim, o CRS africano é, portanto, “mais fraco na área do Atlântico Sul, em relação ao CRS Sul Americano centrado unipolar[...] já que esse último domina as dinâmicas regionais de segurança marítima desse Oceano” (AMORIM; CHIOZZO, 2017, p. 115).

No que tange a importância geoestratégica do poder marítimo para o sistema internacional, pode-se dizer que Alfred Thayer Mahan foi o precursor do assunto, tendo como principal obra o livro intitulado “*The Influence of Sea Power upon History, 1660 – 1873*”. Suas publicações e ideias são frequentemente associadas à ascensão dos EUA como uma potência marítima mundial. Para o autor, o efetivo poder marítimo depende da relação entre todas as atividades relacionadas ao mar e do envolvimento da população de maneira geral. Outro aspecto importante de sua teoria é o de que os mares e oceanos são um vasto espaço social e político a serem disputados, sendo, portanto, necessário o estabelecimento de “pontos de apoio” e rompendo com a ideia arraigada no senso comum de que estes são espaços de livre circulação. (COSTA, 1992, p.69–72).

Em suma, para Mahan, o domínio sobre certas áreas marítimas é fundamental para o setor estratégico de um Estado que busca alcançar o *status* de grande potência, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto militar (RUCKS, 2014, p.149). Nesse sentido, é possível compreender o mérito da região sul atlântica tanto para os países da América do Sul, quanto para os países africanos. Segundo Hélio Farias (2017, p.82):

[...] a bacia do Atlântico Sul espraia-se como um espaço marítimo em que a intensidade dos fluxos - comerciais, econômicos, culturais - dependem de fatores políticos, da agenda política-estratégica dos Estados costeiros em transformar este imenso atributo físico-marítimo em um ativo estratégico em pró da cooperação no âmbito da segurança regional e à serviço do desenvolvimento econômico numa agenda Sul-Sul.

Sendo assim, a região do Atlântico Sul tem por maior característica a cooperação entre os países-membros. Ademais, as ameaças relativas aos recursos naturais e energéticos dos países externos à região motivam uma demanda maior em prol de ações conjuntas perante esses fatores (AMORIM; CHIOZZO, 2017). As reservas de petróleo descobertas pelo Brasil nos anos 2000 em seu litoral, configuraram, segundo dados do Resumo Estatístico da Energia Mundial 2013 a América do Sul como a segunda região com maiores reservas petrolíferas (326 milhões de barris), enquanto a África possuía 130 milhões de barris (CARVALHO; NUNES, 2013, p.89).

Destarte, devido ao alto número de riquezas naturais, a paz e a cooperação são elementos fundamentais para a segurança e estabilidade dessa região. Possíveis conflitos e disputas relacionados a esses fenômenos devem ser evitados a todos os esforços, não apenas no que diz respeito apenas aos países do Atlântico Sul, como também em relação às grandes potências - como Estados Unidos, Reino Unido, China e Índia - que possuem interesses estratégicos sobre o local (CARVALHO; NUNES, 2013, p.96).

A ZOPACAS contempla requalificar o valor do espaço Atlântico, no contexto da segurança regional (PIMENTEL, 2016, p.14) e o desempenho do Brasil em sua “função insular” (BUZAN; WÆVER 2003) entre os Complexos Regionais de Segurança sul-americano e africano. Em seu livro, *Regions & Powers*, Buzan e Wæver (2003) atribuem uma “função insular” (*insulators*) aos Estados do sistema internacional que provocam a interação entre diferentes Complexos Regionais de Segurança, exercendo uma expressiva influência nesses complexos, porém incapazes de unificar os mesmos, criando, todavia, relações de interpenetração entre diferentes dinâmicas regionais de segurança (BARRINHA, 2014). Tais fatores oscilam para uma maior cooperação entre os atores da região, especialmente a pluralidade de interesses e a distribuição assimétrica das capacidades entre os países do atlântico gera, nesse sentido, certa dificuldade em qualificar a ZOPACAS como instrumento regional de segurança (PIMENTEL, 2016, p.135)

No entanto, é possível trazer a análise de Amorim e Chiozzo (2017, p. 115), que possuem como base a teoria de Buzan e Wæver (2003), sobre o fato de que a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul não é um Complexo de Segurança Regional, mas sim um subcomplexo regional do Atlântico Sul. Os autores sustentam esse argumento em quatro hipóteses fundamentais: (i) a ZOPACAS não pode ser um supercomplexo formado pelos CRS da América do Sul e da África Austral (e também da África Ocidental), principalmente porque não há uma grande potência; (ii) a ZOPACAS não pode ser um minicomplexo, visto que 24 países fazem parte de sua composição; (iii) A ZOPACAS não pode ser um protocomplexo pois as dinâmicas de segurança sul atlânticas são complexas e não fracas; e (iv) A ZOPACAS não pode ser um pré-complexo, uma vez que há uma alta interdependência nas questões de segurança marítima (AMORIM; CHIOZZO, 2017, p.115-116).

Dessa forma, a ZOPACAS atua como uma ferramenta de convergência entre as comunidades de segurança da América do Sul e da África Austral e da África Ocidental, que foi impulsionada sobretudo pelo caso nas Malvinas em 1982, dentre outros fatores. Os países-membros têm por objetivo, portanto, a cooperação para implementar políticas de solução frente às possíveis ameaças na região, baseando-se na confiança e no respeito mútuo no que diz respeito à essa iniciativa (AMORIM; CHIOZZO, 2017, p.118).

5. CONCLUSÃO

Os acontecimentos históricos abordados neste artigo foram de extrema importância para a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, bem como a descoberta de recursos naturais em seu interior, o que explicita sua relevância no Sistema Internacional. Nesse sentido, a ZOPACAS configura um grande marco para os países limítrofes, visto que transparece a vontade da busca por uma resolução pacífica de quaisquer conflitos de interesses que digam respeito àquela localização.

Ademais, é de extrema magnitude para reforçar a soberania dos países-membros sobre o Oceano do Atlântico Sul, visando o repúdio à exploração daquela área por países que não fazem parte desse litoral. E, conseqüentemente, a elaboração da ZOPACAS pode ser compreendida como uma forma de os países da região sul atlântica se mostrarem avessos às potências externas, de certo modo se posicionam firmemente em conjunto se opondo contra os desejos dos países centrais, ou seja, através de uma contestação sólida frente às superpotências. Dessa forma, os países-membros buscam cooperar entre si inclusive no âmbito de problemas que são externos às suas fronteiras.

As lideranças brasileiras, nigerianas e sul-africanas em relação aos seus respectivos Complexos - ou Subcomplexos - Regionais de Segurança traduzem o engajamento e a relevância que o Atlântico Sul possui para suas regiões. Objetivos comuns de diversas áreas, como econômica, comercial, política, militar, social e cultural convergem em prol de uma zona de cooperação e paz entre os Estados que a compõem e a região.

Os fatores identitários também auxiliaram nas articulações em relação a uma comunidade de segurança da região sul atlântica. A identidade construída ao longo dos anos entre a África e a América do Sul se tornou uma peça chave para a criação das relações entre as regiões. Questões como tráfico negreiro, lusofonia, colonização, descolonização, independência dos países, redemocratização entre outros, fazem com que os Estados se identifiquem uns com os problemas dos outros, fomentando assim, a cooperação. Observando também o lado da securitização, os Estados buscam diminuir a influência de potências externas na região e aumentar sua influência sobre ela. Para além disso, buscam solucionar problemas transfronteiriços existentes na região, como a pirataria e o tráfico de drogas, que embora atinjam seus membros de modo diferente, são vistos como questões coletivas.

A partir da teoria proposta por Buzan e Wæver (2003), pode-se analisar a criação dos Complexos Regionais de Segurança na América do Sul e na África, sendo eles pontos primordiais para se analisar o surgimento de um subcomplexo na região atlântica. O Atlântico Sul é uma das regiões mais pacíficas e estabilizadas do globo. Com isso, já se poderia caracterizar a região como uma comunidade de segurança marítima ou com uma grande tendência para que uma se forme, na qual normas e valores compartilhados de forma voluntária entre os Estados limítrofes, apoiados em uma crença de origem comum que une distintos Estados consolidam uma identidade no atlântico sul, distinguindo a região como um ambiente pacífico e de cooperação (AMORIM; CHIOZZO, 2017).

O Estado brasileiro conseguiu construir sua imagem no cenário internacional como uma potência média confiável, que resguarda valores cooperativos, no caso do Atlântico Sul, tal fator tem sido de extrema importância para a construção de uma comunidade de segurança,

no âmbito da ZOPACAS. Com a guerra das Malvinas, os anseios brasileiros na região cresceram, fazendo com que o Brasil estreitasse relações com a vizinha Argentina, formando assim uma comunidade de segurança na região. Posteriormente e numa espécie de *spillover effect*⁹, essa relação se expandiu para o Atlântico Sul, fato que juntamente com a vontade das comunidades de segurança africanas possibilitou as condições para que se fosse estruturado um Subcomplexo Regional de Segurança no Atlântico Sul, expandindo as fronteiras do CRS sul americano e dos CRS da África Austral e da África Ocidental. (AMORIM; CHIOZZO, 2017). Ademais, o almejo pelo distanciamento das tensões Leste-Oeste proporcionadas pela Guerra Fria também foram motivações para a criação da ZOPACAS, como mencionado.

Nesse sentido, conclui-se que a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul é de fato, um mecanismo dos Complexos Regionais de Segurança africanos e sul-americano. Deve-se destacar, todavia, que, a partir da análise de Buzan e Waever (2003), a ZOPACAS possui potencial para se tornar um próprio CRS, ao invés de apenas um subcomplexo. Entretanto cabe aos Estados-membros possuírem interesse em atingir esse objetivo coletivamente. Essa mudança só será possível no momento em que os Estados-membros arcarem com os custos e peso que estabelecer e consolidar um CRS tem. Em uma abordagem geral, a comunidade de defesa do Atlântico Sul é, ainda assim, uma iniciativa fundamental para os países lindeiros uma vez que consolida a soberania sobre aquela região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana; NETO, Danilo. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014.

AGUILAR, Sérgio Cruz. **Atlântico Sul: As Relações do Brasil com Países Africanos no Campo da Segurança e Defesa**. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v.2, n.4, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/115055/ISSN22386262-2013-02-04-47-67-pt.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>

AMORIM, Celso. **Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Montevideú, 15 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

AMORIM, Wellington Dantas; CHIOZZO, Vitor Deccache. **Comunidade de Segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança?** *Revista Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.23 n.1, p. 99 - 130, 2017.

BARRINHA, A. **The ambitious Insulator: Revisiting Turkey's position in Regional Security Complex Theory**. *Mediterranean Politics*, Londres, v. 19, n. 02, p. 165-182, 2014.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbndn.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

⁹ Ernest Haas (1958), na teoria nefuncionalista, utilizava o conceito de *spillover effect* para a evolução setorial da integração econômica europeia, na qual a integração em uma área transbordaria para outra área.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>

BORBA, Pedro dos Santos de. **Segurança na América do Sul**. Porto Alegre: Nerint, 2009

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Colorado: Lynne Rienner Publishers Inc, 1998.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. **A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais**. Revista Perspectiva, 2013.

CASTRO, Therezinha de. **Atlântico Sul: geopolítica e geoestratégia**. Leitura selecionada 808/02. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

CLOSS, Marília Bernardes; HÖRING, Jéssica da Silva; WEBER, Leonardo. **A Presença de Potências Extrarregionais como Ameaça à Manutenção da Zona de Paz e Cooperação**. UFRGS Model United Nations, p. 479-529, v2, 2014. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/ZOP1.pdf>>

COSTA, Wanderley Messias da. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia**. Revista USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52234>>

COUTAU-BEGARIE , Hervé. **Géostratégie de l'Atlantique Sud / Hervé Coutau-Begarie**, 1985.

COUTO, Abel Cabral. **A Importância Estratégica do Atlântico Sul**. Universidade do Minho, Nação e Defesa, pp. 238-246, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7703/1/NeD132_AbelCabralCouto.pdf>

DIALLO. Mamadou. **A Dinâmica da Segurança Regional na África Subsaariana: África ocidental proto-complexos ou sub-complexo regional de segurança?** Seminário de Relações Internacionais: 1º Seminário Nacional de Pós-graduação - UFRGS, 2012.

DUNNE, T.; KURKI, M; SMITH, S. **International Relations Theories**. United Kingdom: Oxford University Press, 3rd edition, 2013.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo regional de segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, jan./jun. 2013, p. 77-104.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. **A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática**. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, Set. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/GUIMARÃES-A-política-brasileira-para-o-Atlântico-Sul-SICP.pdf>>

HAAS, Ernest. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1958

HURRELL, Andrew. **O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, 1995.

LESSER, I. O. **Geopolitics and strategy for the other half of the Atlantic Rim**. Southern Atlanticism. Washington: The German Marshall Fund of the United States, 2010. Disponível em:
<http://www.gmfus.org/galleries/ct_publication_attachments/ForeignPolicyIanLesserBFPaperSouthernAtlanticism.pdf>

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Breve Panorama de Segurança na América do Sul**. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014. 284 p.

NASCIMENTO, Amanda. **A formação da Identidade Coletiva entre o Brasil e a África na política externa brasileira**. Belo Horizonte, v.9, n. 18. 2010.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. **O processo de securitização no subcomplexo amazônico de segurança: explicando as reações do Brasil frente à militarização da Colômbia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

NETO, Sydenham Lourenço. **A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 7, no .3, setembro-dezembro, 2015, p. 473-489. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v7n3a32015.pdf>> Acesso em: 18 Abr. 2018.

PENHA, Eli Alves. **Os sistemas de Segurança Regional no Atlântico Sul: da Guerra Fria ao período atual**. Revista Ideias em Destaque, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. Disponível em <<http://reservaer.com.br/estrategicos/sistemas-seg-regional.html>>

PIMENTEL, Cauê. **O Ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de Segurança no Atlântico Sul**; Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 12, N. 22, p. 113-143, 2016.

RUCKS, Jessika Tessaro. **A Geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 147-158. Disponível em: <<http://www.editoraleta1.com/anais-congeio/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>>

SIGNORELLI, Luana. **Jorge Amado e Roger Bastide**: Permeando questões identitárias sobre o ideal nacionalista. Revista Igarapé, Porto Velho (RO), v.1, n.2, p. 70-84, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/viewFile/2054/1724>>

SILVA, Antonio. **O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e Defesa**. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014.

SÖDERBAUM, Frederik. **The New Regionalism in Africa**, United Nations, University, Bruges-Belgium, 2010.

TOLOSSA, Natalia Valeria. **A Política Europeia de Segurança e Defesa e a Formação da Identidade Coletiva**: O caso do Reino Unido no governo de Tony Blair. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.phpstrSecao=resultado&nrSeq=5513@1>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

ULUSOY, Hasan. **Revisiting Security Communities After the Cold War**: The Constructivist Perspective. SAM: Center for Strategic Research, 2003.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Ed.14 Cambridge: United Kingdom, 1999.

WIEMER, Fernando Eduardo Studart. **A concepção político-estratégica e a atuação internacional da Marinha do Brasil**. Revista Da Escola De Guerra Naval, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 189-206, out. 2016. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/235/197>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.